

HABEAS CORPUS Nº 515.232 - SP (2019/0167586-1)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : RICARDO CARNEIRO CARDOSO DA COSTA
ADVOGADO : RICARDO CARNEIRO CARDOSO DA COSTA - AC002967
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CAIO SILVA CHAVES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **CAIO SILVA CHAVES** contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Narra o impetrante que o paciente pugnou pela concessão de livramento condicional perante o d. Juízo de Execuções da Comarca de Araçatuba/SP em 14/1/2019, contudo, até o momento, não teve o pedido atendido.

Irresignada, a Defesa ajuizou o prévio **habeas corpus**, o qual foi indeferido liminarmente pelo eg. Tribunal de origem, conforme o v. acórdão de fls. 7-13 assim ementado:

"Habeas Corpus - Execução Penal - Impetração substitutiva a recurso adequado - Impossibilidade de utilização do writ como sucedâneo recursal - Precedentes do Col. Supremo Tribunal Federal - Indeferimento liminar da impetração."

No presente **habeas corpus**, sustenta que o apenado já preencheu todos os requisitos necessários para a concessão da benesse.

Aduz que *"o Paciente é primário, (...) sendo que por tais motivos, o Nobre Juízo a quo deveria entender ter o sentenciado mérito legal suficiente para a concessão, tendo em vista que este já havia cumprido os requisitos temporais. O reeducando demonstrou no tempo em que ficou recolhido no regime fechado que está apto ao retorno ao convívio social, pois sempre respeitou as normas do estabelecimento prisional, bem como a todos os companheiros de infortúnio"* (fl. 4).

Requer, ao final, inclusive liminarmente, a concessão da ordem para que seja deferido ao reeducando o livramento condicional.

É relatório.

Decido.

A análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 10 de junho de 2019.

Ministro **Felix Fischer**

Ministro